



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA REUNIÃO DE CONTINUAÇÃO DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2017 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A QUATRO DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZOITO

Acta nº 6/2017

Aprovada em 04/01/2018

No dia quatro de Janeiro de dois mil e dezoito teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a sétima reunião de continuação da sexta sessão ordinária de 2017 da Assembleia Municipal de Coimbra com os restantes pontos da Ordem de Trabalhos:

I – ABERTURA

Informações do Presidente

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara;

1.1. Debate

- Intervenções dos Líderes;
- Intervenções dos deputados;
- Respostas do Presidente da Câmara;

2. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativo ao ano de 2017, a liquidar e cobrar em 2018;

3. Derrama do ano de 2017 a liquidar e cobrar em 2018;

4. Participação Variável no IRS para 2018;

5. Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2018;

6. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 da Câmara Municipal de Coimbra:

- Delegação de Competências Municipais nas Uniões e Juntas de Freguesia
- Norma de Controlo Interno
- Regulamento Interno de Fundos de Maneio
- Mapa de Pessoal
- Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;

7. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e Mapa de Pessoal;

8. Plano de Actividades e Instrumentos de Gestão Previsional de 2018 e tarifário para 2018 da "AC, Águas de Coimbra, EM" (conhecimento);

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Isabel Vargues, Hernâni Caniço, Victor Parola, Rosa Isabel, Luís Silva, António Correia, Ângela Pinto Correia, Juvenal Sousa, Rui Claro e Isabel Garcia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Presidentes de Junta de Freguesia: João Marques, José Santos, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso, Jorge Veloso, António Coelho, Horácio Costa e Joaquim Pereira.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Eleitos directos

Nuno Freitas, José Rodeiro, Paula Alves, Carolina Patrício e Rui Marques.

Presidentes de Junta de Freguesia: Francisco Andrade, José Simão, João Campos (não compareceu) e José Filipe.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos directos

Joana Dourado, Pinto Ângelo, Filipa Malva e Victor Carvalho.

Presidentes de Juntas de Freguesia: António Lopes e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Eleitos directos

Filomena Girão, Daniela Gonçalves, João Aldeia, João Orvalho e Carlos Silva.

Presidente de Junta de Freguesia: Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Lúcia Santos, Pedro Filipe e Tiago Mariz.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos directos

Serafim Duarte e Pedro Rodrigues.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira

Deputado Municipal do MPT

Rui Campos

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado, estiveram presentes os Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Carina Gomes, Madalena Abreu, Paula Pêgo, Ana Maria Silva e Francisco Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Francisco Andrade, como Primeiro Secretário e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de renúncia de mandato, nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, bem com os pedidos de suspensão de mandatos nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Deputado municipal **Manuel Rocha**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela deputada municipal **Joana Dourado**;

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Deputado municipal **José Albino**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela deputada municipal **Daniela Gonçalves**;

Deputada municipal **Mª dos Prazeres Francisco**, pedido de suspensão de mandato, por 3 meses, tendo sido substituída, pelo deputado municipal **João Orvalho**;

Grupo Municipal (CDS-PP):

Deputada municipal **Helena Mendes**, pedido de suspensão de mandato, *por 3 meses*, tendo sido substituída, pelo deputado municipal **Tiago Mariz**;

Grupo Municipal (CpC):

Deputada municipal **Graça Simões**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituída, pelo deputado municipal **Pedro Rodrigues**.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

I – ABERTURA

Informações do Presidente

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: ([áudio 04:38 a 06:52 minutos – 1ª gravação](#))

- Pediu a aprovação da “*Ordem de Trabalhos*” e que a acta fosse feita em minuta para efeitos imediatos a qual foi aprovada por unanimidade;
- Informou que estavam reabertos os trabalhos estando assim levantada a suspensão da reunião do passado dia 27 de Dezembro de 2017, propondo que os “*Pontos 6 e 7*”, pela natureza da sua matéria, fossem discutidos em conjunto e que os respectivos tempos de cada um dos Grupos Políticos, fossem somados;
- Assim uma vez que estava reunido “quórum”, deu início à sessão, dando a palavra ao Presidente da Câmara, para intervir sobre o “*Ponto 6*”.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

6. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 da Câmara Municipal de Coimbra:

- **Delegação de Competências Municipais nas Uniões e Juntas de Freguesia**
- **Norma de Controlo Interno**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- **Regulamento Interno de Fundos de Maneio**
 - **Mapa de Pessoal**
 - **Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;**
- 7. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e Mapa de Pessoal;**

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal: [\(áudio 07:31 a 20:29 minutos – 1ª gravação\)](#)

- desejou votos de um “Feliz 2018” a todos os presentes;
- Relativamente às GOP’s para 2018 e anos seguintes e, no decurso das obrigações do POCAL disse, que no dia 1 de Janeiro do corrente ano, tinham sido alteradas o sistema sobre o qual tinha sido emitida uma circular, que não estava consignado, aguardando-se que a Lei de Execução do Orçamento de Estado, viesse a explicar melhor;
- Informou que tinham sido aprovados os aspectos essenciais da fiscalidade municipal, que tinham implicações, nas dotações das rubricas das GOP’s,
- Destacou também que existiam trabalhos complementares, subsequentes à aprovação das GOP’s pela Assembleia Municipal, nomeadamente a contratualização com as juntas e uniões de freguesias, relativamente à manutenção e limpeza de valetas e passeios;
- Disse também que 1% da colecta do IMI seria distribuído por todas as juntas e uniões de freguesias;
- Destacou também o descongelamento das carreiras dos trabalhadores da administração local, como que iria também implicar, uma revisão do processo, quanto à delegação de competência das juntas de freguesias e outros organismos com que a Câmara Municipal se relacionava;
- Mais disse que nas GOP’S da Câmara Municipal estavam também integradas, as GOP’s dos SMTUC, que tinham uma actividade social relevante, que tinha investimentos significativos, mobilizando o mais possível os Fundos Europeus e, a aquisição de novos autocarros movidos a energia eléctrica, esperando que 8 fossem fornecidos no decurso do próximo ano, porque o contrato de financiamento estava aprovado e a candidatura tinha sido submetida e também a criação da carreira especial para motorista de transportes colectivos e o aumento salarial dos mesmos, era uma dos seus objectivos para o ano em curso;
- Quanto ao apoio social dos transportes disse, que continuaria a política que estava a ser seguida, que era a de tirar dos cofres municipais a receita própria dos STMUC e a colecta do estacionamento automóvel no domínio público, ficasse sobre jurisdição municipal;
- Relativamente às Águas de Coimbra destacou o não aumento do tarifário da água e saneamento, tendo como objectivos, atingir os 99,9% de abastecimento de água a todas as pessoas e 99,9% de tratamento do saneamento, ao mesmo tempo que decorria em conjunto com aquela política, contactos, diligências e estudos para a eventualidade de criação de uma empresa intermunicipal, com outros municípios vizinhos;
- Destacou das GOP’S: o desassoreamento do Rio Mondego, encontrando-se em contratação pública a reconstrução dos muros da margem direita; o troço já executado da Ciclovia entre a Estação Velha e o Polo II, bem como a Av. Mendes Silva e a Estrada da Beira; o tratamento do terreno confiante com o Choupal e se se chegasse a acordo com o Ministério do Ambiente, a Câmara Municipal tomaria conta da gestão da Mata do Choupal, mas por inteiro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Sobre os diversos serviços da Câmara Municipal destacou o “*Projecto de adaptação das instalações do Tribunal de Coimbra*” e a construção do novo “*Centro de Saúde da Av. Fernão de Magalhães*”;
- Em síntese e para além do que havia referido na última reunião da Assembleia Municipal, disse que as GOP’s, justificavam a política fiscal que apresentavam, as receitas que iriam colectar e que esperava aumentar dando como exemplo o acordo entre a Câmara Municipal e a Autoridade Tributaria de modo a que as contra-ordenações e alguns procedimentos morosos dos serviços municipais pudessem vir a ser feitos directamente pela Autoridade Tributaria.

Intervenção do 1º Secretário da Mesa: [\(áudio 22:15 a 22:42 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou todos os Grupos Políticos dos tempos de intervenção para a discussão dos Pontos 6 e 7.

Intervenção da deputada municipal Carolina Patrício (PSD): [\(áudio 23:49 a 26:58 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse que o Partido Socialista, apoiado por algumas estatísticas, desmentia um cenário de desemprego e, de facto, os dados não mentiam, a taxa de desemprego no Concelho não era assim tão elevada, porque, por um lado, os muitos jovens que se formam em Coimbra tinham a ambição e as competências necessárias para concorrer a qualquer empresa do país ou estrangeiro e, por outro, não tinham a motivação para viver na cidade adormecida em que Coimbra se tinha tornado;
- Questionou o Executivo, dado que, estava aparentemente a promover a fixação de pessoas em Coimbra: se já podia dar essa boa nova aos jovens de Coimbra e, a partir de quando estariam abertas as candidaturas aos vários concursos?
- Terminou afirmando que era importante não esquecer o diálogo e Cooperação com as Empresas dos sectores mais Tradicionais e Resilientes, aos sectores Emergentes, cientes da importância do Investimento para o Crescimento e Dinamização Económica e Criação de Riqueza, porque só cumprindo todos esses requisitos se conseguiria atrair os melhor preparados a concorrerem aos concursos de trabalho abertos em Coimbra e consequentemente organizarem a sua vida nela.

Intervenção do deputado municipal Pedro Rodrigues (CpC): [\(áudio 27:36 a 32:54 minutos da 1ª gravação\)](#)

- Disse que as GOP’s - Grandes Opções do Plano e Orçamento eram o principal documento orientador da gestão do Município, porque nele se reflectia as escolhas, que cada Executivo era capaz de fazer aprovar na Câmara Municipal;
- Partilhou duas notas genéricas e quatro exemplos das suas discordâncias, justificando o sentido do voto contra nomeadamente: na elaboração de um Orçamento, os Executivos tinham duas opções, uma de cumprir os mínimos legalmente exigidos ou, recolher contributos dos outros órgãos autárquicos, das outras forças políticas, de outras instituições do Concelho e, o Executivo tinha escolhido a primeira e fez mal porque, as taxas de execução sistematicamente comprovam, que esse era mais um orçamento excessivamente desfasado da realidade, opaco e contraditório, porque não era clara a parte das despesas que na verdade se referia, a despesas contraídas em 2017 e, incluía dois novos objectivos — “*Cidade da Saúde*” e “*Orçamento Participativo*” — mas não lhes era atribuída nenhuma correspondência orçamental;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Deu quatro exemplos de divergências que afastavam do documento proposto, em áreas que consideravam cruciais, tais como: Apoio às juntas de freguesia; Acção Social; Cultura; Educação
- Terminou dizendo que pelos motivos enunciados, pela distância entre a proposta da Câmara e o programa que tinham apresentado e pelas discrepâncias que existiam, entre a sua interpretação do que era o interesse público e a visão reflectida naquela proposta, votavam contra.

Intervenção do deputado municipal Pedro Filipe (CDS-PP): [\(áudio33:43 a 36:45 minutos da 1ª gravação\)](#)

- Disse que o CDS concordava com a visão de que os SMTUC, como serviço público municipal, deviam apostar na melhoria contínua do seu serviço, adequando a oferta à procura, elevando os níveis de produção, mas que se deveria ter em conta alguns aspectos, nomeadamente: *reforçar a responsabilidade social e ambiental, melhorar a satisfação do cliente, inovar e modernizar, otimizar a estrutura interna e financeira* entre outros, porque investir nos SMTUC não podia ser um poço sem fundo e que a cidade tinha a ganhar se os SMTUC fossem mais eficazes e eficientes?
- Questionou como era possível Coimbra vir a ser uma cidade mais sustentável se segundo o Relatório de Gestão de 2016 havia diminuição das viagens programadas, bem como da taxa de ocupação, não tinha havido alteração das tarifas relativamente a 2015, havia uma redução na rede geral, na estrutura de utilização de títulos 50,5% eram passes sociais, taxa média de imobilização de autocarros urbanos era de 12% e as taxas dos parómetros tinham diminuído 5,1%;
- Mas havia um valor que ano após ano aumentava, era a comparticipação da Câmara Municipal, exemplificando tendo por base as GOP'S de 2017 e as GOP 2018;
- Assim, fez uma análise breve e rápida desses números, disse se não era por inoperância das equipas de gestão, só poderia ser por uma tremenda falta de visão estratégica por parte deste e do anterior executivo, que não queriam ver o que estava a acontecer na cidade, não sendo capaz, conforme estava a acontecer em outras cidades, de modernizar os sistemas e as operações, melhorar a eficácia e eficiência, e acima de tudo diminuir significativamente a profundidade deste grande poço sem fundo.

Intervenção da deputada municipal Rosa Isabel (PS): [\(áudio37:15 a 43:20 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse que em nome da bancada Socialista, congratulava o Executivo pelas Grandes Opções do Plano para 2018, porque representava o início da concretização do projecto político que os Conimbricenses tinham sufragado no passado dia 1 de Outubro;
- Mais disse, que o orçamento tinha um aumento de 12% relativamente ao ano anterior e realçou duas áreas que eram fundamentais para a qualidade de vida da população: a Acção Social e a Educação;
- Na área da Acção Social assinalou a continuidade no programa de Apoio a Idosos em todas as freguesias, nomeadamente com a teleassistência e a protecção aos idosos mais vulneráveis, o combate à exclusão social, prevendo a implementação da nova estratégia nacional de apoio aos Sem-abrigo, e o Programa Coimbra Segura;
- Na área da Educação, destacou: O Programa de Prevenção do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo, a ser executado até ao ano 2020, a desenvolver em todos os graus de ensino e em todos os agrupamentos e escolas secundárias, em parceria com a CIM; o reforço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

dos sistemas de controlo e monitorização às Refeições Escolares; o alargamento dos benefícios a mais jovens de todo o concelho dos Transportes escolares; no plano da requalificação de estabelecimentos escolares, iriam ser intervencionadas diversas escolas em todo o concelho, pois continuaria a ser executado protocolo com as juntas de freguesias para manutenção e pequenas reparações do parque escolar; a proposta de actividades Inovadoras Educacionais que iriam apoiar projectos desenvolvidos por associações de pais e agrupamentos de escolas.

- Apelou a todos os deputados que votassem a favor do orçamento, com a profunda convicção de que esse traduzia o melhor horizonte para o futuro de Coimbra e para a qualidade de vida da sua população;
- Quanto às Grandes Opções do Plano dos SMTUC, iriam investir 19 milhões de euros tendo como objectivo principal aumentar o número de passageiros e as receitas próprias e, com esse objectivo, seria feito um maior investimento em autocarros eléctricos, não deixando de referir o regresso dos Troleys já no 1º trimestre de 2018. Também as iniciativas como, a informação em tempo real sobre os horários nos painéis nas paragens e nos autocarros; a disponibilização de wi-fi nos autocarros; as campanhas de promoção dirigidas para a população universitária e as pessoas que trabalham na zona da Baixa da cidade e também a parceria existente com uma startup do Instituto Pedro Nunes, que permitia monitorizar em tempo real a situação mecânica nos autocarros, para além da manutenção do tarifário que se mantinha em 2018.

Intervenção do deputado municipal Rui Marques (PSD): [\(áudio43:48 a 48:50 minutos da 1ª gravação\)](#)

- Começou por dizer que o Partido Socialista tinha apresentado ao eleitorado, um programa com uma “fasquia” muito alta em termos de compromissos, comparando com aquilo que estava proposto realizar no corrente ano, embora o referido programa fosse para um mandato de 4 anos;
- Quanto às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 disse que gostaria que fossem peças fundamentais da governação da Câmara Municipal, fossem o resultado não só do início do mandato, mas sim, a expressão de uma linha de continuidade, resultado de um trabalho de verdadeira estratégia integrada nos diversos domínios de governação da cidade, dado como exemplo, a falta de estratégia integrada para a cultura, realçando a celebração do “*Ano Europeu do Património Cultural*”, a celebrar pela primeira vez em Portugal, por iniciativa da Comissão Europeia, em que a UNESCO/PORTUGAL, tinham decidido aderir, não tendo encontrado nos documentos qualquer referência a esta iniciativa;
- Mais disse que o Partido Socialista se tinha comprometido para que Coimbra se tornasse numa cidade aberta a certo tipo de indústria, com a criação da “*Coimbra Criative HUB*”, com a criação da “*Rede de Lojas com História*”, na criação do “*Museu do Traje*”, na criação da “*Galeria de Arte urbana*”, perguntando onde estavam?
- Terminou deixando um desafio à Câmara Municipal para, aquando da organização do evento na área do fotojornalismo e ao acolhimento de grandes produções cinematográficas internacionais, talvez esses aproveitassem e assumissem esses cenários de modo a acabar com as ilhas de excelência e outros ilhéus ao desleixo.

Intervenção do deputado municipal Juvenal Sousa (PS): [\(áudio49:18 a 51:22 minutos da 1ª gravação\)](#)

- Disse que o que tinha motivado a sua intervenção eram as Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2018, onde a bancada do Partido Socialista, não podia deixar de registar com agrado a aprovação do Executivo Municipal desses documentos de gestão;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Assim, a Câmara Municipal, liderada pelo Dr. Manuel Machado, começaria a cumprir as promessas feitas aos Conimbricenses durante a campanha eleitoral, ou seja, declarar Coimbra como uma cidade empreendedora, apostando no investimento, nas tecnologias da inovação, reforçando dessa forma a autoestima daqueles que neles confiavam;
- Terminou, saudando a reeleição do Dr. Manuel Machado, como Presidente da ANMP, dado considerar que essa reeleição, para além de ser justa, trazia benefícios para Coimbra e toda a região centro.

Intervenção da deputada municipal Paula Alves (PSD): [\(áudio 52:07 a 56:44 minutos da 1ª gravação\)](#)

- Informou que a Organização Mundial da Saúde num documento intitulado "Cities for Health", destacava a relevância do desenvolvimento de estratégias locais de promoção da Saúde, assim como a Direcção Geral da Saúde, num documento efectuado por um grupo de peritos, destacava como um dos objectivos da Saúde Pública, a protecção e promoção da saúde das populações e a prevenção da doença, num esforço que deveria ser concertado e que pertencia a toda a sociedade e esse mesmo documento ia mais além, identificando potenciais agentes de saúde pública que eram, e citou, o "*Governo e as Autarquias, o SNS, os Sectores Sociais e Privados de saúde, Instituições de Ciência e Educação, Organizações de cidadãos, empresas, comunicação social, entre outros*", e que também o "Plano Nacional de Saúde" reforçava a dimensão do papel das autarquias, colocando a tónica na sua responsabilidade na promoção de estilos de vida saudáveis e na redução das desigualdades no acesso à saúde;
- Faz essas alusões como contraponto à necessidade de uma estratégia de promoção da Saúde para Coimbra, que objectivamente não vislumbravam nos documentos apresentados, nem do ponto de vista de rubricas orçamentais, nem nas opções gizadas;
- Questionando o Executivo perguntou se se preocupava com a prevalência crescente das doenças crónicas nos seus concidadãos, com o envelhecimento da população e com o isolamento a que muitos indivíduos são votados, com a doença mental e com as dependências que afectam membros da nossa comunidade, que vemos deambular e pernoitar nos cantos das nossas ruas e edifícios e se dialogava com os diferentes protagonistas da Saúde na Cidade, para identificar problemas e construir soluções, que pensamento existe sobre um verdadeiro "*Centro Materno-Infantil*" em Coimbra, porque desconheciam quais as reais opções em matéria de política de Saúde do Executivo;
- Terminou dirigindo-se ao Executivo e à Assembleia, propondo a criação de uma plataforma da Saúde para Coimbra, com um horizonte temporal a 10 anos, que poderia ser "*Coimbra -Saúde 20/30*";

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 57:19 da 1ª gravação a 02:32 minutos da 2ª gravação\)](#)

- Saudou a apresentação do documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 da Câmara Municipal e felicitou os seus autores começando pelo seu Presidente Manuel Machado, pelo seu conteúdo e oportunidade.
- Disse que o Orçamento era sempre insuficiente para os desígnios que se queriam para Coimbra, mas tinha o mérito de conjugar realismo com ambição, e tal se verificava em cada em função da transparência, da capacidade de realização reconhecida e das taxas de execução a serem apresentadas em momento e sede própria;
- Afirmou que as GOP's incrementavam a cultura como meio de promoção da saúde, promoviam a integração no programa de acção social do município em rubricas do Orçamento, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

marcado aumento de percentagem relativamente ao ano anterior, como o Parque Verde do Mondego, espaços verdes e jardins, abastecimento de água e saneamento, a conservação e manutenção de vias e a dinamização e promoção do turismo; a acção social e família e a estratégia de apoio aos sem-abrigo, a animação e iniciativas culturais relevantes, o investimento no ensino básico e secundário e os programas complementares de natureza educativa, eram apostas que recriavam a esperança da melhoria e da retoma da qualidade de vida;

- Terminou dirigindo a todos os deputados, convidando-os a votar favoravelmente as GOP e Orçamento para 2018 apresentadas pela Câmara Municipal de Coimbra.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio03: 06 a 10:25 minutos da 2ª gravação\)](#)

- Perguntou se como documento provisional, o orçamento que mensagem podia transmitir os cidadãos de Coimbra, após a sua aprovação, o que é que poderiam esperar para a previsão de 2018? Nada!
- Disse que o orçamento apresentado pela Câmara Municipal, tinha um exercício burocrático e errático, carecia de indicadores e de objectivos e era assim que fazia notar que a mesma maioria, o mesmo executivo Camarário, depois de umas eleições, tinha optado por fazer apenas um exercício burocrático e, sendo legítimo, colocava-se-lhes o problema estratégico de saber se Coimbra, com aquele exercício melhorava, entendendo que não porque, se Coimbra queria melhorar teriam de ser os cidadãos, a sociedade a fazê-lo, não tinha nada contra esta mobilização, por isso a sua dissonância;
- Mais disse que como não existia a Associação Comercial e Industrial de Coimbra, também não tinham Câmara Municipal e por isso iriam votar contra era ao mesmo tempo um voto de exigência porque aspiravam mais para Coimbra e não aceitavam por exemplo e à semelhança do Metro, iriam ter o Aeroporto, porque era uma farsa, não era vital e só fazia sentido com o entendimento de todas as forças políticas, com o acordo com vários municípios, com uma fundamentação técnica e económica sobre esta matéria inclusivamente, com uma discussão a nível nacional;
- Terminou dizendo que sendo o ano 2018 o “*Ano Europeu do Património Cultural*” era fatalíssimo que não houvesse uma única linha sobre aquele assunto no orçamento, relevando assim que a cidade de Coimbra não seria reconhecida internacionalmente, demonstrando que aquele orçamento era um documento errático, e que apesar do voto contra disso não fechavam a porta, para colaborar e dialogar com todos.

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS-PP): [\(áudio 11:16 a 18:29 minutos da 2ª gravação\)](#)

- Disse que faltava em definição de financiamento nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, faltava em imaginação para trilhar o caminho rumo a um futuro próspero que afirmaria Coimbra como uma das melhores cidades a nível nacional, empreendedora, atractiva, jovem e amiga das famílias, bem como na área do desenvolvimento socioeconómico e apoio à actividade empresarial, também aí faltava a visão;
- A inexistência de um estímulo verdadeiro à fixação de empresas e à criação de riqueza e emprego determinava que Coimbra continuasse a viver na ilusão e no deslumbramento do que poderia ser, dando como exemplo, a ausência prática do IParque nas Grandes Opções do Plano;
- Disse estarem surpreendidos quando liam, e citou, “*A nossa visão Valorizar Coimbra traduz-se na transformação deste concelho e esta Coimbra fantástica de História, de Património, de*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Pessoas, de Ciência e de Cultura, numa cidade Empreendedora, numa cidade de Investimento, numa cidade de Inovação, de Tecnologia e de Indústrias Criativas”;

- Quanto à transformação do Aeródromo Municipal Bissaya Barreto em aeroporto internacional, informou que o CDS-PP era um acérrimo defensor do combate ao centralismo de Lisboa, pelo que, gostaríamos de ter um aeroporto na região Centro e que este se localizasse em Coimbra, mas sendo o CDS-PP consciente, responsável e questionavam se a Câmara Municipal conseguia garantir as condições de sustentabilidade financeira que eram exigidas pela União Europeia no caso da Metro Mondego, que ditou a substituição do transporte sobre carris pela solução metro bus e se estava em condições de garantir a viabilidade do projecto;
- Quanto à Educação, suscitavam-lhes grandes dúvidas sobre qual era a efectiva política educativa local e, embora os municípios reunissem, no âmbito das suas competências em educação, notava-se uma clara ausência de um projecto educativo estratégico que orientasse o sentido da acção educativa e transformasse Coimbra num verdadeiro território educativo;
- Terminou afirmando que ficava claro que para o Executivo a resposta aos problemas estruturais graves que Coimbra enfrentava não estava na realização das necessárias intervenções em sectores estratégicos que poderiam constituir a alavanca de que Coimbra, mas sim na habitual aposta na construção de obra pública, o que forçosamente os remetia para os nebulosos casos de ajustes directos do anterior mandato e por todas essas razões, o CDS-PP iria votar contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018.

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): [\(áudio 18: 57 a 22:59 minutos da 2ª gravação\)](#)

- Disse que os SMTUC, enquanto serviço público, desempenhava um papel crucial numa política global de transportes e mobilidade urbana que se queria equilibrada, funcional e articulada e, registavam como positiva a aquisição de 10 autocarros eléctricos e a decisão de manter os tarifários inalteráveis para 2018, alertando no entanto para a situação de contínua perda de passageiros que conseqüentemente exigia sistemáticas e progressivas injeções de capital do orçamento da Câmara, sendo urgente levar a cabo uma acção concertada e coerente de promoção do transporte público, captando novos utilizadores, pelo lançamento de campanhas de sensibilização/educação; pela necessidade de melhorar a oferta, a fiabilidade, o conforto e a comodidade dos serviços de transportes urbanos modernizando a frota, implementando parques de estacionamento periféricos e transportes articulados, dissuadindo a utilização do transporte automóvel individual, ao invés de lhe facilitar a vida nos locais centrais da cidade, assim como encontrar novas formas de diversificar as receitas;
- Deixou uma palavra de apreço e de solidariedade para com a luta dos motoristas dos SMTUC, pela dignificação e valorização profissional e remuneratória da sua carreira.
- Terminou dizendo que tendo em conta a relevância do serviço público de transportes prestados pelos SMTUC e, apesar das reservas críticas à sua gestão, não votariam contra o Orçamento

Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC): [\(áudio 23:20 a 36:01 minutos da 2ª gravação\)](#)

- Manifestou o seu agrado pela visão estratégica anunciada pelo executivo, porque a visão “*Valorizar Coimbra*”, anunciava mais uma vez “*a transformação do concelho e da Coimbra fantástica de história, de património, de pessoas, de ciência e de cultura, numa cidade empreendedora, numa cidade de investimento, numa cidade de inovação, de tecnologia e de indústrias criativas*”, mas faltava uma cidade solidária e humanista para que se pudesse partilhar integralmente essa visão e por isso esperava uma estratégia condizente com as grandes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

opções anunciadas, ou seja, uma estratégia de mudança e de transparência, uma estratégia condizente com os desafios que a Coimbra que os unia e apaixonava enfrentava;

- Disse não questionar o rigor financeiro do orçamento, apesar de não evidenciar um plano para o município, nomeadamente quanto ao planeamento, reabilitação e qualificação urbana, o projecto da via central e do metro bus, na manutenção da iluminação dos jardins e das pontes, a implementação do sistema de iluminação pública eficiente;
- Perguntou qual era a estratégia para o anunciado aeroporto, para o convento de São Francisco e demais equipamentos culturais, para a baixa, para o centro histórico, para o rio Mondego e para o turismo da cidade e da região?
- Saudou o financiamento previsto para a actualização do equipamento de bilhética, nomeadamente, para a fase 1 do PEDU (sistema multimodal de transportes), mas ponderava a importância da função social dos transportes públicos, porque os preocupava o elevado valor de financiamento não definido para aquisição e renovação de frotas;
- Perguntou, para que servia a dotação prevista para a *“cidade educadora, do desporto e da juventude”* e, em particular no programa *“juventude, lazer e prevenção das toxicodependências”* assim como, para educação pré-escolar e para a carta educativa de Coimbra?
- Saudou a intervenção prevista ao nível do plano intermunicipal para prevenção do abandono escolar e promoção do sucesso educativo da Região Centro;
- Criticou a proposta para o *“Orçamento Participativo”* por ser talvez o mais óbvio e pior exemplo da falta de transparência, surgindo como uma proposta enganadora, que repudiavam;
- Disse não entender qual era estratégia do município para a definição e implementação do *“Plano Local de Saúde de Coimbra”*, para a criação do *“Observatório Municipal de Saúde”* e para o *“Programa Municipal para o envelhecimento activo e saudável/parceria ageing@coimbra”*;
- Terminou com o compromisso de que o *“Movimento Somos Coimbra”* estava com o concelho, estando prontos para ajudar em tudo quanto pudesse melhorar a vida das pessoas, mas também não abdicavam de alertar para os procedimentos que entendiam prejudiciais ao Município.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio36: 28 a 51:51 minutos da 2ª gravação\)](#)

- Disse que ao apreciarem as propostas para as Grandes Opções do Plano e Orçamento, estavam a apreciar as intenções de trabalho e por isso sim, importava avaliar no final do exercício a capacidade de as concretizar sendo essa a *“prova de vida”* que o Executivo tinha que fazer;
- Disse que a CDU continuaria a pugnar pela transparência de procedimentos e de decisões, pela discussão colectiva no quadro da colegialidade dos órgãos, promovendo a solidariedade das decisões e a proximidade dos recursos e assim as propostas das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, não correspondia às grandes linhas da orientação política que a CDU defendia desde sempre e com a qual não se identificavam, considerando que não era esse o caminho adequado para o necessário desenvolvimento do concelho de Coimbra;
- Reafirmado a declaração de voto do Vereador da CDU, aquando da votação da proposta das GOP's pelo Executivo, considerou que no conjunto de propostas para o concelho das opções tomadas, não se vislumbrava um modelo coerente para o desenvolvimento de Coimbra assim não havia com evidência grandes opções que fossem ancoras ou peças de um modelo global



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- integrado no desenvolvimento para Coimbra, pensado para o futuro, porque o reforço do investimento resultava das participações de fundos europeus, pois mais parecia apenas não passar de um modelo de obras inacabadas, dando como exemplo: a transferência de verbas para as freguesias e o apoio municipal para elaboração dos projectos, o aeródromo Bissaia Barreto, a cultura, o apoio ao associativismo e outros porque eram estas as estruturas que suportavam a actividade cultural da cidade, esperando que no futuro se mantivesse aquele olhar atento;
- Saudou a chegada da nova programadora ao Convento de S. Francisco, esperando que a sua estratégia de trabalho, cumprisse com o objectivo público porque em matéria de política cultural não bastava reforçar um ou outro apoio a iniciativas culturais do concelho;
 - Quanto à reabilitação urbana considerou ser urgente e necessário levá-la mais longe, através de vários programas;
 - Relativamente ao objectivo “*Cidade educativa do desporto e da juventude*” colocavam-se-lhe algumas dúvidas, nomeadamente no programa “05007” em que descortinava as políticas desportivas para a juventude, em que não existia um “*Conselho Municipal da Juventude*” e desde logo a ausência de pensamento naquela área que se traduzia no programa “*Juventude, Lazer e toxicodependência*”, condenando firmemente a “*Associação da Juventude às Toxicodependências*”;
 - Terminou dizendo que com os mesmos meios era possível trilhar outro caminho para o desenvolvimento do concelho e que era nas propostas que iriam estar atentos e que, relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMTUC, votariam favoravelmente na expectativa que a continuação da política encetada no mandato anterior, consolidasse a aposta no transporte público municipal.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 52:23 da 2ª gravação a 06:15 minutos da 3ª gravação\)](#)

- Disse que o Partido Socialista via no orçamento que a Câmara apresentava, uma marca de grande transparência e rigor, um orçamento realista, um orçamento de crescimento de mais de 12% relativamente ao do ano anterior, apesar do regime financeiro para as autarquias locais determinasse presentemente, um conceito de equilíbrio orçamental diferente, no qual a receita corrente bruta cobrada devia ser, pelo menos, igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimo de médio e longo prazo e por isso não merecia qualquer censura do Partido Socialista mas sim, aplausos;
- Dirigiu-se ao Deputado Nuno Freitas, dizendo que compreendia a razão por que se dizia preocupado, pois tinha sido assim que tinha acontecido com o executivo do PSD que tinha integrado, presidido pelo Dr. Carlos Encarnação quando aquele prometeu aos coimbricenses a cobertura das Ruas Visconde da Luz e Ferreira Borges como solução para dinamizar a Baixa;
- Informou que o Presidente da Câmara já tinha dito que o aeroporto era para se fazer de imediato, encontrando-se previsto no orçamento apresentado com a verba indispensável de quase 300 mil euros para estudos, projectos e terrenos, num investimento global nas Opções do Plano previsto de mais de 12ME;
- Informou que as GOP's registavam uma previsão de despesas destacado o: “Investimento no “Desassoreamento do rio Mondego e estabilização das margens” com o apoio do POSEUR: o início dos investimentos nos estudos e projectos do futuro Aeroporto civil e comercial Bissaya Barreto; o prosseguimento dos investimentos na reabilitação urbana do processo “*Reabilitar para Arrendar*” e “*Eficiência energética*”, dos Bairros da Rosa, Ingote e Celas; a “*Manutenção*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

de elevados apoios e actividades nas áreas social, educativa, cultural e desportiva; o apoio às Juntas de Freguesia através dos novos Contratos Interadministrativos e Acordos de Execução”; o "Orçamento Participativo";

- Concluiu dizendo que o orçamento tinha no horizonte valorizar Coimbra, procurando transformar o concelho de História, de Património, de Ciência e de Cultura, numa cidade Empreendedora, de Investimentos, de Inovação, Tecnologia e de Indústrias criativas, um Concelho moderno e virado para o futuro e por tudo o exposto o Partido Socialista votaria a favor.
- **Respostas do Presidente da Câmara:** [\(áudio 07:02 a 14:39 minutos – 3ª gravação\)](#)
 - Disse que entendia ter o dever de intervir por deferência para com as intervenções, incluindo as intervenções críticas, algumas talvez com razão, mas uma boa parte delas, sem fundamento;
 - Compreendia que as GOP'S era um documento denso, tinha uma tecnicidade muito intensa, não era fácil de leitura e sobretudo, não era fácil de interpretação, mas mereciam ser interpretada segundo as regras legais aplicáveis, designadamente, os compromissos assumidos, as careações orçamentais, os contratos firmados, enfim, inúmeras coisas que compunham aquele vastíssimo documento, daí que a sua interpretação se tornava complexo, mas tinha que ser interpretado, articulando-se aquele conjunto de documentos por exemplo, com as fontes de financiamento assegurado, através dos Programas estratégico de Desenvolvimento Urbano, através dos Programas Operacionais, tao relevantes como a aquisição de veículos eléctricos para os transportes colectivos, tinha que ter acções relevantes, dando como por exemplo, a “*Requalificação da Catedral da sé Velha*” que estava a ser objecto de negociação com o Ministério da Cultura mas se não se conseguisse fazer, a Direcção Regional da Cultura, faria os projectos de arquitectura e de intervenção cumprindo as normas legais, o mesmo se passava com a “*Requalificação da Capelinha da Senhora da Esperança*” e era por isso que existiam rubricas que estavam abertas, umas porque tinham financiamento previsível, outras porque tinham co-financiamento em curso e para decisão e outras, porque iriam ser objecto de revisão orçamental porque nos termos da lei, nos termos da lei ainda em vigor, não era possível incorporar o activo imediato nas disponibilidades financeiras daquele orçamento, a previsão que se fazia do “*superavit*” gerado no ano económico anterior;
 - Mais disse e, uma vez que não tinha sido possível aprovar o orçamento, estavam a pagar aos trabalhadores municipais contratados, em cheque;
 - Quanto ao funcionamento do Convento de S. Francisco disse, que este estava a funcionar com reforço, com equipas, com capacitação humana e tecnológica adequada à sua utilização e só não via quem não queria ver e, entendia que o modelo de gestão podia não agradar a todos;
 - Terminou afirmando que as GOP's iam no sentido abrangente, era um programa político sufragado pelos co-cidadãos ao “Valorizar Coimbra” e era esse o seu sentido e quanto à descentralização disse que o documento já se encontrava aprovado e, era aquele o caminho proposto pelo Executivo com base em estudos, trabalhos, sustentabilidade, preocupações, cumprimento das normas e dos regulamentos em vigor, era um documento muito importante para a vida da cidade e para a vida municipal e merecia ser aprovado.

6. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 da Câmara Municipal de Coimbra:

- **Delegação de Competências Municipais nas Uniões e Juntas de Freguesia;**
- **Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;**
- **Mapa de Pessoal.**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação n.º 30/2017

A Assembleia Municipal de Coimbra, na continuidade da sua 6ª sessão ordinária de 2017, realizada no dia 4 de Janeiro de 2018 e, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 27 de Novembro e nos termos da alínea a), do n.º 1, do Art.º 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da alínea b) do Art.º 10º, do n.º 2 do Art.º 12º e do Art.º 14ª, todos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro e respectivas alterações e, da Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro deliberou, *por maioria*, com 22 votos a favor, 18 votos contra e 6 abstenções, o seguinte:

- *Aprovar* nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º - “Competências Materiais”, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e em conformidade com as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, diploma que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e respectivas alterações introduzidas pela Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 814-A/2002, de 5 de Abril, as “Grandes Opções do Plano e Orçamento” para 2018 da Câmara Municipal de Coimbra, no total de 106.339.849€ na Receita e na Despesa, dos quais 84.896.423€ (80%) respeitam a Receitas Correntes e 21.443.426€ (20%) a Receitas de Capital e, quanto às despesas, 58.933.083€ (55%) a Despesas Correntes e 47.406.766€ (45%) a Despesas de Capital, totalizando o PPI 35.124.922€ as AMR 34.501.396€ e as GOP 69.626.318€;
- *Aprovar* a celebração de Contratos de Delegação de Competências e “Acordos de Execução” entre a Câmara Municipal e as Uniões e Juntas de Freguesia, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25º - “Competências de apreciação e fiscalização”, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;
- *Aprovar* o pedido de Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho;
- *Aprovar* o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra para 2018, nos termos dos artigos 28º e 29º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho;

Deliberações tomadas em minuta para efeitos imediatos.

7. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e Mapa de Pessoal.

Deliberação n.º 31/2017

A Assembleia Municipal de Coimbra, na continuidade da sua 6ª sessão ordinária de 2017, realizada no dia 4 de Janeiro de 2018, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 27 de Novembro e nos termos da alínea a), do n.º 1, do Art.º 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da alínea b), do Art.º 10º, do n.º 2, do Art.º 12º e do Art.º 14º, todos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro e respectivas alterações, da Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, deliberou *por maioria*, com 36 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções, aprovar:

- As Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, para o ano de 2018;
- O Mapa de Pessoal para 2018, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.

Deliberações tomadas em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

8. Plano de Actividades e Instrumentos de Gestão Previsional de 2018 e tarifário para 2018 da "AC, Águas de Coimbra, EM" (conhecimento);

Tomado conhecimento.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: (áudio 04:38 a 06: 52 minutos – 1ª gravação)

- Após a intervenção do deputado Nuno Freitas sobre a criação de um Grupo de Trabalho específico para a apresentação de um proposta de redefinição dos critérios subjacentes ao Acordos de Execução e Contratos Inter-administrativos, com um prazo de 90 dias para a apresentação de um relatório na primeira Assembleia Municipal de 2018, disse estar completamente aberto e a colaborar com os líderes, com alguns autarcas relevantes de cada partido e, certamente, encontrar-se-ia uma plataforma que materializasse a preocupação exposta.

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.

